

EUROPA



Editorial O "NÃO" IRLANDÊS

Edite Estrela*

Hesito na escolha do tema, tantos são os assuntos a merecer atenção, quer a nível europeu quer a nível nacional. O custo dos combustíveis, a subida das taxas de juro e a carestia de bens essenciais, causas imediatas do desassossego dos cidadãos europeus. O Euro 2008 a dar voltas e reviravoltas nos previsíveis resultados, mas que mobilizou a malta no apoio à nossa selecção, embora o sonho da vitória não tenha resistido aos quartos de final. Mesmo assim, acho que "a nossa" era (e é) a melhor selecção deste europeu. A agitação social em vários Estados-Membros, explicada por um contexto económico, social e político de grande complexidade, terreno fértil a sementeiras demagógicas, populistas, irresponsáveis. Vivemos tempos difíceis. Na Europa e no Mundo. É compreensível que as pessoas experimentem sentimentos de incerteza, desconfiança e medo. Medo individual e medo colectivo. Medo do futuro.

As sociedades mudaram muito. Mudaram mais do que pensamos, mas as organizações representativas dos cidadãos – organizações sindicais, organizações empresariais, organizações profissionais, organizações políticas (e o próprio Estado) - não acompanharam o ritmo dessa mudança. É forçoso que os governantes e dirigentes compreendam e tranquilizem as pessoas.

Há tudo isso, mas é inevitável que fale do lamentável "não" dos irlandeses ao Tratado de Lisboa (T.L.). A opinião dos que votaram "não" merece respeito e obriga-nos a reflectir sobre o que há de errado (não no Tratado que, estou certa, a maior parte dos votantes nem sequer leu) nas relações da União Europeia com os seus cidadãos. É certo que uma nova crise institucional teria graves consequências para todos. O Mundo não pára e a Europa precisa de condições para continuar a liderar o combate aos problemas globais: crise energética, alterações climáticas, terrorismo, exclusão social, etc. Também por estas razões, o TL faz falta. O TL não reduz o preço do petróleo, mas representa uma mais-valia para a afirmação da cidadania e para o reforço da democracia. Não aumenta os rendimentos das pessoas, mas facilita a tomada de decisões e reforça a coesão social.

O problema não está, pois, no conteúdo do TL. Com outro qualquer tratado, aconteceria o mesmo. Aliás, os próprios irlandeses, em 2001, rejeitaram o Tratado de Nice, que vieram a aprovar um ano depois. Situação idêntica à dos dinamarqueses que, primeiro, disseram "não" ao Tratado de Maastricht e, posteriormente, disseram "sim". Mais recentemente, o Tratado Constitucional (TC) foi rejeitado por franceses e holandeses e abandonado. Aliás, é curioso que só se fala dos resultados negativos dos referendos aos diferentes tratados e não dos casos em que a consulta popular resultam no "sim". Os eleitores de Espanha e do Luxemburgo que votaram maioritariamente a favor do TC merecem tanto respeito como os que o rejeitaram. É um erro pensar que uns (os do "não") estão certos e os outros (os do "sim") estão errados. Temos de ser democratas em todas as situações e respeitar a vontade dos povos mesmo quando é diferente da nossa.

É necessário dar tempo às autoridades da Irlanda para apresentarem propostas de solução. E não deixa de ser irónico ser a presidência francesa a ficar com a batata quente nas mãos!

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

JOSÉ SÓCRATES DIZ QUE NÃO HÁ ALTERNATIVA AO TRATADO DE LISBOA

"Não há alternativa ao Tratado de Lisboa, pelo que o processo de ratificação deve prosseguir, para que entre em vigor o mais rapidamente possível", disse o primeiro-ministro, José Sócrates, no final do Conselho Europeu que decorreu em Bruxelas e que encerra a presidência eslovena da União Europeia.

Os chefes de Estado e de Governo também decidiram adiar a resolução do problema criado pelo resultado negativo do referendo na Irlanda, considerando ser necessário dar mais tempo para analisar a situação, que voltará a ser abordada no Conselho de 14 e 15 de Outubro próximo para determinar o caminho a seguir. Desta forma, o Conselho Europeu dá tempo aos irlandeses para identificarem as causas do "não" ao Tratado de Lisboa.

Segundo afirmou José Sócrates, o Conselho Europeu exprimiu "a consciência de que o Tratado de Lisboa é essencial e que a Europa precisa dele, porque só assim poderá responder aos problemas dos cidadãos, da economia europeia e dos problemas do mundo". O primeiro-ministro afirmou também que a mensagem que sai do Conselho é a de respeitar a vontade do povo irlandês e prestar uma particular atenção às preocupações que os eleitores manifestaram. "Respeitaremos a sua



O Conselho Europeu decidiu adiar a resolução do problema criado pela Irlanda com a rejeição ao Tratado de Lisboa

vontade e queremos ter uma resposta europeia para esses cidadãos que votaram "não" ao Tratado, indo ao encontro daquilo que foram as suas motivações", afirmou.

Noutro contexto, numa reunião dos presidentes dos parlamentos nacionais da União Europeia que no dia 21 de realizou na Assembleia da República, em Lisboa, José Sócrates recusou a ideia de deixar para trás a Irlanda, como chegou a ser sugerido por alguns

Estados-membros. "Temos de voar em conjunto, porque a União Europeia precisa de todos. Não queremos deixar ninguém para trás. Só as 27 ratificações nos interessam", afirmou. Neste encontro, José Sócrates fez a defesa cerrada do Tratado de Lisboa, afirmando que a alternativa será o risco de paralisação da União Europeia.

O Primeiro-Ministro aproveitou também para atacar as correntes políticas que são contra o Tratado com base nos argumentos do défice democrático, considerando isso um paradoxo. "Estamos perante um paradoxo, porque o Tratado de Lisboa reforça precisamente a democraticidade na União Europeia", afirmou.

Por sua vez, o presidente do Parlamento da Irlanda, John O'Donoghue, mostrou-se confiante numa solução para o Tratado de Lisboa. Segundo afirmou, 95 por cento dos deputados do seu país tem uma posição favorável à ratificação e lamentou que no referendo as pessoas tivessem votado "com base em assuntos que nada tinham a ver com o Tratado".

Nesta reunião participou também, em representação do Parlamento Europeu, Manuel dos Santos, na sua qualidade de vice-presidente. Ao intervir, o deputado considerou que seria "um grande revés se a União Europeia não fosse capaz de ultrapassar esta crise".

EUROPA REAJE COM MEDIDAS À CRISE INTERNACIONAL

O Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia consideraram no plenário de Estrasburgo que as razões da subida do preço do petróleo são de natureza estrutural e defenderam soluções de longo prazo, mas também de curto prazo, de forma a reduzir o impacto dos aumentos nos grupos mais vulneráveis. Tanto a presidência eslovena do Conselho como o comissário com a pasta da energia, Andris Piebalgs, defenderam medidas como a melhoria da competitividade, maior transparência dos mercados financeiros, a diversificação do aprovisionamento de energia, uma maior eficiência energética e a utilização de fontes de

energia renováveis.

Ao intervir, a deputada Elisa Ferreira, coordenadora do Grupo Socialista para os assuntos económicos e monetários, afirmou que "a Comissão reconheceu, e bem, que se trata de uma alta estrutural de preços, gerada pelo desequilíbrio entre oferta e procura globais". Para a deputada, porém, "há duas matérias que tardam a entrar na agenda da Comissão. A primeira prende-se com a fixação de critérios de sustentabilidade ambiental para os biocombustíveis, que poderiam ser muito importantes no sentido de diminuir a dependência energética. A segunda é a da eventual cartelização no mercado da

distribuição e refinação que deve ser examinada".

Para a deputada, "a situação atinge proporções críticas, em particular nas regiões mais periféricas da União e nos sectores dos transportes e das pescas, pelo que devem ser objecto de medidas prioritárias de compensação de rendimento, concertadas entre a Comissão e as autoridades nacionais".

Medidas para o sector das pescas

Por outro lado, no domínio das pescas, foram anunciadas algumas medidas pelo comissário europeu das Pescas, Joe Borg, e que Paulo Casaca espera poderem "apontar para

a resolução do problema nas suas origens e factores estruturais que o condicionam".

Os principais mecanismos de emergência apresentados pela Comissão Europeia consistem em derrogações temporárias ao nível das regras estabelecidas pelo Fundo Europeu das Pescas com vista a apoiar uma adaptação mais célere da frota europeia à actual situação. As medidas vão incidir também sobre a criação de apoios mais flexíveis à reestruturação da frota comunitária, o encorajamento de artes de pesca mais "amigas" do ambiente e ajudas de emergência para compensar a cessação temporária da actividade.

Visto de Portugal

OS NOVOS HERÓIS DA “ESQUERDA” DO CONTRA



Vitalino Canas
Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus

Tem-se falado muito do debate da esquerda ou “das esquerdas”. O que distingue o PS das outras esquerdas, já todos o sabemos.

O PS sempre teve a convicção de que esquerda a sério é a esquerda que procura soluções reais e praticáveis para os problemas, e não a esquerda retórica, da utopia, da crítica pela crítica, incapaz de uma verdadeira alternativa, mais preocupada que está com um bom discurso. Por outro lado, o PS sempre lutou pela liberdade e pela democracia. Há quem, reivindicando-se do espaço da esquerda, ainda não fez a autocritica quanto ao seu apoio e patrocínio de regimes totalitários, seja no bloco soviético, seja na Coreia ou em Cuba.

Também a atitude perante a construção da União Europeia é uma pedra de toque da clara distinção entre as várias “esquerdas” portuguesas. As reacções ao resultado do referendo sobre o Tratado de Lisboa são a mais recente prova disso. O “não” venceu por várias razões, algumas não estritamente relacionadas com o Tratado de Lisboa. Mas quando procuramos identificar quais os motivos especificamente relacionados com a leitura política do Tratado que fizeram pender a balança da decisão dos irlandeses para o “não”, não custa enunciá-las. A campanha do “não” ao Tratado de Lisboa (“no to Lisbon!”) conseguiu convencer os irlandeses mais conservadores, mais cépticos em relação à Europa, mais isolacionistas, mas também mais crispados ou indecisos por alguma falta de informação sobre um tratado inegavelmente complexo. Muitos foram persuadidos que a Carta dos Direitos Fundamentais obrigará a alterações nas muito conservadoras leis irlandesas do aborto ou do divórcio, ou implicará um maior alinhamento militar com a Europa (e afastamento em relação aos EUA), ou um reforço do Estado social Europeu, com directo reflexo no modelo económico irlandês. Os “nãos” irlandeses foram em boa medida “não” a leis mais progressistas no plano dos direitos, não à maior afirmação da Europa no plano da Defesa, inclusive no contexto da Aliança com os Estados Unidos, não a uma União Europeia (e uma Irlanda) mais comprometida com o modelo social europeu.

Perante isto, aqueles que se dizem à esquerda do PS podiam ter sido moderados nos seus festejos. O “não” irlandês é um não ao Tratado de Lisboa, mas é também uma rejeição de valores que alguns mais distraídos poderiam julgar que deviam também mobilizar essa esquerda. Mas o BE e o PCP preferiram idolatrar as centenas de milhares de irlandeses que votaram “não”. Os novos heróis do BE e do PCP são os líderes do não irlandês: os sectores religiosos mais conservadores, os sectores neoliberais, críticos do modelo social europeu.

Nos últimos anos, o PCP e o BE andaram a defender em Portugal que para desfazer a primeira decisão popular referendária de 1998, sobre a interrupção voluntária da gravidez, não era necessário nenhum referendo, ou que o PS devia ter promovido o referendo há muito. O cúmulo da hipocrisia seria que viessem agora defender que se o Governo irlandês decidir soberana e democraticamente convocar novo referendo sobre o Tratado de Lisboa isso constitui um desrespeito pelos cidadãos irlandeses.

EUROPA APERTA O CERCO À PESCA ILEGAL E NÃO DECLARADA

A União Europeia vai apertar o cerco e endurecer as sanções para as várias formas de pesca ilegal, de forma a acabar com a delapidação a que os recursos marinhos estão sujeitos. A proposta de regulamento que estabelece o regime comunitário para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) foi aprovada pela quase totalidade dos deputados do Parlamento Europeu, com 624 votos a favor contra apenas 12, o que revela a urgência e a necessidade de olhar para os recursos marinhos de uma forma mais sustentada.

Num debate em que intervieram os deputados socialistas Capoulas Santos e Paulo Casaca, ficou bem claro que a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada é um problema crescente no mundo inteiro e que, relativamente a determinadas espécies, como o atum rabilho e o bacalhau, chega muitas vezes a atingir mais de metade da captura total. É o que acontece de forma “escandalosa”, como referem os deputados, com a pesca do atum rabilho no Mediterrâneo e do bacalhau no Mar de Barents e no Báltico.

Os elementos essenciais da proposta aprovada são constituídos pela criação de uma lista de embarcações que estejam envolvidas na pesca INN; impedir que as embarcações de países terceiros que façam pesca INN tenham acesso aos portos comunitários; proibir a importação de peixe capturado ilegalmente; desenvolver um sistema de alerta comunitário para acionar sempre que haja suspeita de que o peixe tem origem ilegal; proibir a importação de peixe de países identificados como permitindo a pesca ilegal. Além disso, está também



Capoulas Santos e Paulo Casaca saudaram as medidas para impedir a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

previsto um sistema de sanções rigorosas para as embarcações comunitárias. Por exemplo, afirma-se que as sanções previstas no regulamento poderão ser acompanhadas de outras sanções ou medidas, em particular de uma proibição temporária, cuja duração será, pelo menos, a do período de programação, ou de uma proibição permanente em matéria de acesso a auxílios ou subsídios públicos, ou da devolução de auxílios ou subsídios públicos recebidos por navios INN durante o período financeiro em causa.

Ao intervir, o deputado Capoulas Santos, que foi relator sombra neste relatório, saudou a proposta de regulamento, mas chamou a atenção para a necessidade dos Estados-membros se empenharem na sua aplicação. “Por melhor que seja o quadro normativo, sem empenho dos Estados-membros e a disponibilização dos meios humanos e materiais adequados, não será fácil ter sucesso num combate que se trava em condições extremamente difíceis”, afirmou. Também Paulo Casaca saudou o relató-

rio, que ganha ainda maior importância no contexto de crise que o sector das pescas actualmente atravessa. “É exactamente por que não são respeitadas normas de sustentabilidade na pesca que os pescadores estão a ser confrontados com esta crise, e esta é a lição fundamental que espero que todos nós saibamos tirar. O problema é que o relógio está a andar e não pára por causa do nosso processo legislativo, pelo que é urgente tomar medidas, porque, de outra forma, não iremos a tempo de responder aos nossos desafios”, afirmou.

Refira-se que a proposta de regulamento para o estabelecimento de um sistema comunitário para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada foi elaborada com base numa ampla consulta das iniciativas propostas, tendo sido também debatida no âmbito de uma conferência ministerial organizada pela Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorreu em Lisboa, em Outubro de 2007.

RESPOSTA A INCÊNDIOS VAI SER REFORÇADA

A União Europeia vai reforçar a capacidade de resposta em caso de catástrofes, designadamente na ocorrência de fogos florestais, que nos últimos anos têm fustigado violentamente alguns países europeus. Portugal, a Espanha e a Grécia contam-se entre os países que têm sido particularmente atingidos por estes fenómenos.

A decisão foi aprovada na última sessão plenária do Parlamento Europeu e implica o reforço da capacidade da União Europeia de fazer face a catástrofes, através de uma resposta mais coerente e eficaz, numa abordagem que combine a prevenção, a preparação, a resposta e a reabilitação a nível nacional, europeu e internacional.

A resolução aprovada, em cujo debate participou a deputada Edite Estrela, apela à Comissão e aos Estados-membros para considerarem não apenas abordagens alicerçadas no risco para se prepararem para fenómenos extremos, mas também para se debruçarem sobre os meios de reduzir a vulnerabilidade a nível da intervenção da União Europeia, mercê de uma planificação apropriada e de medidas de redução dos riscos no momento oportuno. Os deputados exortam a Comissão a



Edite Estrela afirma que as catástrofes naturais estão associadas às alterações climáticas

apresentar um conjunto de instrumentos vinculativos, como uma directiva-quadro, visando suprir as lacunas existentes na legislação, nas políticas e nos programas comunitários no que respeita à prevenção e à resposta a catástrofes.

Ao intervir, Edite Estrela referiu que a questão dos fogos florestais já se tornou um ritual em cada Verão que chega, mas que agora assumiu proporções mais graves, na medida em que as catástrofes naturais estão associadas às alterações climáticas, pelo que faria sentido, con-

forme defendeu, avançar-se para uma Directiva sobre incêndios que desse uma resposta mais integrada.

No caso da prevenção, o Parlamento Europeu recomenda que este enquadramento global comporte três vertentes: o reforço da prevenção nos mecanismos da União Europeia e estratégias dos Estados-membros já existentes; o desenvolvimento de uma nova estratégia-quadro em matéria de prevenção de catástrofes e o apoio ao desenvolvimento do conhecimento e de tecnologias relativas à prevenção no âmbito dos programas de investigação e de desenvolvimento da União Europeia.

A União Europeia apoia as actividades que se destinam a promover a preparação da protecção civil dos Estados-membros através do apoio financeiro, de cursos para peritos nacionais, do desenvolvimento do Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais pelo Centro Comum de Investigação e de projectos de financiamento. Um dos exemplos de projectos de cooperação é o FIRE 4, que tem como objectivo dar resposta a fogos florestais e terramotos num contexto de cooperação entre Portugal, Espanha, Itália e França.

PARLAMENTO ESPERA DOS ESTADOS UNIDOS COMPROMISSO COM O MULTILATERALISMO

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução na qual manifesta o seu desejo de que o próximo Presidente dos Estados Unidos reforce o compromisso com o multilateralismo e se comprometa na solução de vários problemas sensíveis, designadamente os que estão relacionados com os métodos utilizados na luta contra o terrorismo, as alterações climáticas, o combate à pobreza e o respeito pelo Tribunal Penal Internacional.

Num debate em que interveio a deputada Ana Gomes, o Parlamento Europeu colocou a tónica na atitude que espera do futuro Presidente dos Estados Unidos, como forma de atenuar alguma tensão que agora se vive em termos globais. Assim, o Parlamento Europeu afirma esperar que as eleições deste ano possam dar origem “a um compromisso reforçado dos Estados Unidos com o multilateralismo, a paz e a democracia no mundo”, sublinhando que “continuam a persistir diferenças de abordagem entre os parceiros transatlânticos”.

A existência do centro de detenção de Guantánamo e a prática de detenções e extradições extraordinárias foram alguns dos aspectos criticados pelos deputados, que manifestaram também a sua preo-



Ana Gomes diz que a liderança dos EUA já não é suficiente para combater as ameaças do futuro mas ainda é indispensável

cupação com a decisão do governo dos Estados Unidos de construir um novo centro de detenção no Afeganistão.

Também o projecto norte-americano de instalar um sistema anti-míssil na Europa foi encarado com preocupação, por prejudicar os esforços internacionais de desarmamento. Assim, os deputados manifestaram a sua preocupação com a decisão da Rússia de suspender a observância das obrigações que lhe cabem por força do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa, sublinhando que estes dois aspectos têm repercussões na segurança dos povos europeus e não deveriam, portanto, ser objecto de

discussões puramente bilaterais entre os Estados Unidos e certos países da União Europeia”.

O programa nuclear do Irão e o regime de vistos, foram outros dos temas abordados. Neste caso específico, os deputados exigem que os Estados Unidos suprimam imediatamente o regime de vistos e tratem em pé de igualdade todos os cidadãos da União Europeia, com base numa total reciprocidade.

Ao intervir sobre este tema, Ana Gomes considerou que existe nos Estados Unidos uma massa crítica para uma mudança de estratégia em várias áreas da política externa, “após oito anos da era Bush, para sempre marcada pela invasão ilegal do Iraque e pela ignomínia de Abu Ghraib, Guantánamo e das prisões secretas”.

Para Ana Gomes, “a liderança dos Estados Unidos já não é suficiente para combater as ameaças do presente e impedir novas no futuro. Mas ainda é indispensável. Confiamos que o Presidente Obama – espero que seja ele – estará à altura do desafio e que a Europa saiba aproveitar todas as oportunidades para contribuir para o reforço duradouro do sistema multilateral”.

MAIOR HARMONIZAÇÃO NO SISTEMA ADUANEIRO DA UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia deve avançar mais rapidamente na harmonização do sistema aduaneiro, defendeu na sessão plenária de Bruxelas o deputado Francisco Assis, num debate sobre a política comercial comunitária e os procedimentos aplicáveis às importações e às exportações.

O deputado criticou a falta de articulação entre as diferentes administrações nacionais, que poderiam tornar mais efectiva as suas políticas comercial e aduaneira se houvesse uma maior cooperação. Daí que, de forma a garantir a protecção dos interesses dos produtores e consumidores europeus, seja “desejável que se avance mais rapidamente no sentido da harmonização”.

Para Francisco Assis, “é necessário avançar com novas práticas e criar condições para uma articulação efectiva das administrações alfandegárias a nível comunitário”. Para o deputado, esta seria a forma de prestar um bom



Francisco Assis diz ser necessário uma melhor articulação das administrações alfandegárias a nível comunitário

serviço aos cidadãos europeus, quer na perspectiva dos produtores, quer na dos consumidores.

O deputado, que acompanha este tema em nome do PSE, alertou igualmente para o papel das PME neste contexto, sublinhando o facto delas serem “demasiado vulneráveis”. “As nossas PME são demasiado vulneráveis nestas situações

em que somos vítimas de concorrência desleal e nem sempre o nosso sistema aduaneiro está preparado para enfrentar com sucesso esses riscos”, afirma. Assim, o deputado defende a necessidade “de investir fortemente” naqueles domínios e estabelecer “uma melhor articulação com as próprias pequenas e médias empresas que nem sempre têm o conhecimento profundo das normas e procedimentos, ficando por isso prejudicadas na sua capacidade de acesso ao comércio internacional”.

Ao intervir neste debate, o comissário europeu responsável pelo comércio internacional, László Kovács, disse aos deputados que foram já dados importantes passos para responder às ameaças que constituem a contrafacção, a pirataria e os produtos perigosos. Foram também introduzidos novos procedimentos nas legislações alfandegárias com o propósito de garantir a segurança dos produtos.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Ana Gomes - Assuntos Externos; Segurança e Defesa (vice-presidente); Desenvolvimento; Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Agricultura; Pescas; Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Elisa Ferreira - Assuntos Económicos e Monetários; Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Transportes e Turismo; Desenvolvimento Regional; Pescas

Francisco Assis - Comércio Internacional; Assuntos Externos; Direitos do Homem

Jamila Madeira - Desenvolvimento Regional; Emprego e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Emprego e dos Assuntos Sociais; Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

Manuel dos Santos - Assuntos Económicos e Monetários; Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Orçamentos; Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Assuntos Constitucionais; Cultura e Educação

Armando França - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Transportes e Turismo

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

Visto de Bruxelas

O TRATADO DE LISBOA NÃO MORREU



Manuel dos Santos
Vice-Presidente do Parlamento Europeu

A rejeição do Tratado de Lisboa pelo povo irlandês, em referendo recente, constituiu um inequívoco embaraço e lançou, de novo, a União Europeia numa crise institucional.

Ignorar este facto é igual a meter a cabeça na areia, ser excessivamente

voluntarista e não entender que a integração política se faz devagar e sempre através da ultrapassagem de obstáculos e pela resolução de crises.

Aceitar isto é, no entanto, totalmente o oposto de considerar que a actual crise não tem solução à vista.

Se a maioria dos estados membros assumir que as dificuldades do presente são ultrapassáveis e devem ser rapidamente ultrapassadas, não existirá nenhum risco de que a crise actual possa conduzir o projecto da União para uma verdadeira catástrofe.

A inesperada rejeição vinda da República da Irlanda teve já, no entanto, uma consequência muito negativa: o Tratado de Lisboa não entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009 embora possa e deva estar definitivamente ratificado antes das eleições europeias de Junho do próximo ano.

Este momento é, ou deve ser, por isso mais um período de respostas e menos um período de perguntas ou interrogações.

Respostas que o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia deram nos últimos dias de forma unânime, clara e inequívoca e que podem, basicamente, reduzir-se a duas orientações:

- não há alternativa ao Tratado de Lisboa

- o processo de ratificação deve prosseguir

É claro que quando se afirma, como o fez José Sócrates recentemente na Conferência de Presidentes de Parla-mentos da União Europeia, que não há alternativa, não se está a afirmar qualquer menos respeito pelas opiniões diferentes. Quer-se apenas dizer que para que o projecto de integração europeia que a maioria dos cidadãos europeus defendem, seja possível é indispensável aprovar uma reforma institucional profunda na linha da que se encontra consagrada no Tratado de Lisboa.

Por outro lado, a continuação do processo de ratificação parlamentar visa também respeitar a opinião dos que, inequivocamente, desejam uma Europa mais integrada que dê melhores respostas às preocupações dos cidadãos, defina de forma diferente o equilíbrio de poderes entre cada nível decisório e incorpore, nos objectivos comuns, novas políticas, novos objectivos e novas responsabilidades.

Não está em causa desrespeitar o voto dos cerca de 75 mil cidadãos irlandeses que transformaram uma esperada aprovação numa imprevisível rejeição, mas, de igual modo, também não pode estar em causa desrespeitar a opinião de centenas de milhões de europeus, que de forma directa ou através dos seus representantes parlamentares, já se pronunciaram num sentido claramente favorável.

A convergência para o respeito por estas duas atitudes, tão diferentes, é pois a tarefa prioritária das instituições comunitárias, sendo certo que essa convergência tem de surgir a curto prazo.

Ao contrário do que afirmou, à boleia da rejeição do tratado, feita por uma escassa minoria de irlandeses, o Presidente da República Checa, o Tratado de Lisboa não está morto e a continuação com sucesso da sua ratificação junto dos 6 Estados-membros que ainda o não fizeram será a prova mais evidente desse facto.

O novo Tratado só foi possível na sequência da excelente Presidência portuguesa e do empenho activo do primeiro-ministro português enquanto presidente do Conselho.

Também, por isso, é indispensável que não se perca.

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu
Editor Paulo Pisco **Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS **Periodicidade** Mensal **Tel.** 213 822 000 **Fax.** 213 822 023 **Email** ppisco@ps.pt **Endereço** Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

EUROSÍNTESE

EUROPA SUSPENDE SANÇÕES A CUBA

O vice-presidente do Parlamento Europeu, Manuel dos Santos, defendeu que o Conselho Europeu de Junho devia eliminar as sanções estabelecidas contra Cuba, o que veio a ser confirmado, com os argumentos de que se pretende cooperar com as mudanças que a nova liderança de Raul Castro tem promovido na ilha. Manuel dos Santos interveio no encerramento da Conferência sobre a normalização das relações entre a União Europeia e Cuba, tendo recordado que as circunstâncias que justificaram a suspensão das relações em 2005, bem como as que suportaram a Declaração Comum da União Europeia dirigida a Cuba em 1996, mudaram substancialmente. Isto deveu-se tanto à evolução da situação cubana como à do próprio conceito de relacionamento político bilateral com base na defesa dos Direitos Humanos e na promoção da democracia.

O FUTURO DA POLÍTICA PORTUÁRIA

O deputado Emanuel Jardim Fernandes voltou a sublinhar que a futura política portuária europeia deve levar em conta um conjunto de aspectos, particularmente numa altura em que o sistema portuário europeu enfrenta questões relacionadas com os modelos de gestão mais adequados, a gestão do aumento da procura ao nível dos transportes internacionais ou a definição dos apoios para o sector. Enquanto relator para esta matéria, o deputado defende que, entre outras coisas, sejam abordados no relatório final questões como a competitividade da rede portuária; o desenvolvimento e aquisição de equipamentos avançados para aproveitar melhor as oportunidades existentes em prol do sector e das regiões onde ele é importante; a necessidade de reforçar as actuais condições sociais no sector marítimo e reconhecer a especificidade do sistema portuário das Regiões Ultraperiféricas.

O PAPEL DA UNIÃO NO AFGANISTÃO

A deputada Ana Gomes organizou uma audição pública em Lisboa sobre "O papel da União Europeia no Afeganistão", com Francesc Vendrell, Representante Especial da UE naquele país desde Junho de 2002. Francesc Vendrell analisou os erros cometidos pela comunidade internacional no Afeganistão, nomeadamente a relutância em combater a impunidade e a influência política de que gozam os "senhores da guerra". Ana Gomes, que esteve no Afeganistão em Abril passado em representação da Subcomissão de Segurança e Defesa do PE, acrescentou que "no Afeganistão a comunidade internacional encontra-se perante uma tarefa para gerações que, para ter sucesso, se deve orientar por dois princípios complementares: primeiro, a utilização dos meios militares no terreno de forma eficaz de acordo com uma estratégia de protecção das populações civis; segundo, um aumento dos fundos para a reconstrução e para o desenvolvimento sustentável do país, alicerçado num maior esforço de coordenação entre a miríade de actores internacionais por um lado, e entre estes e as frágeis instituições afgãs por outro".

ALGARVE DISCUTIU ENERGIA E AMBIENTE

A deputada Jámila Madeira participou na sessão de encerramento da 4ª Conferência Internacional organizada pelo World Scientific and Engineering Academy and Society, na Universidade do Algarve, em Faro. A Conferência foi dedicada aos temas da energia, meio ambiente, ecossistemas e desenvolvimento sustentável, tendo sido este ano abordada a temática específica da arquitectura paisagística. O encontro de três dias contou com a presença de académicos e investigadores, políticos, organizações especializadas e responsáveis de projectos nesta área, que vieram de países como Estados Unidos, Itália, Espanha, Brasil, Taiwan, Malásia e outros. Jámila Madeira participou na sessão de encerramento da Conferência com uma comunicação sobre "Coesão territorial e o futuro do mundo rural", na qual deixou algumas ideias da abordagem integrada das zonas rurais com as zonas costeiras, que pretende desenvolver no Relatório de iniciativa do Parlamento Europeu, de que é responsável, sobre "O Impacto do turismo nas zonas costeiras na óptica do desenvolvimento regional".

COOPERAÇÃO UE/MERCOSUL

O deputado Sérgio Sousa Pinto reuniu-se com uma delegação de deputados do Parlamento do Mercosul que visitou o Parlamento Europeu e que, pela primeira vez desde a sua criação, se encontrou com representantes de instituições da União Europeia em Bruxelas. Na reunião foi aprovada a proposta de estabelecer uma comissão parlamentar mista que se reunirá anualmente de forma alternada em cada um dos continentes. A iniciativa, que foi presidida por Sérgio Sousa Pinto, visa reforçar a cooperação e sublinhar a importância da vertente parlamentar nas relações entre os dois blocos de países. Participaram, entre outros, o presidente e o vice-presidente do Parlamento do Mercosul.

PARLAMENTO RECONHECE IMPORTÂNCIA DO BCE NA GESTÃO DA CRISE FINANCEIRA

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu aprovou um relatório no qual sublinha a importância do trabalho e da intervenção do Banco Central Europeu na estabilização das economias em virtude da agitação financeira desencadeada pelas crises do crédito hipotecário de alto risco nos Estados Unidos.

Num debate em que interveio o deputado Manuel dos Santos, em nome do Grupo Socialista e como relator sombra, foi especialmente reconhecida a importância da operação lançada pelo BCE de proporcionar aos mercados uma liquidez no valor de 95 mil milhões de euros. Esta operação, em conjunto com outras de ajustamento e refinanciamento que se seguiram depois de Agosto de 2007, permitiu a estabilização das taxas de juro de muito curto prazo e, segundo o relatório aprovado, revelou "uma vez mais, o valor de uma política monetária comum, assegurada pelo BCE, na estabilização da economia em períodos de instabilidade".

Para que a União Europeia tenha maior capacidade de resistir a crises como a que agora a atingiu, o Parlamento Europeu defende a necessidade de um reforço da cooperação entre os bancos centrais e as autoridades supervisoras para garantir a estabilidade dos mercados financeiros, devido à integração cada vez maior dos



Manuel dos Santos afirma que o BCE se deve adaptar à actual situação económica

sistemas financeiros. Além disso, "convida o BCE, em função da recente agitação financeira, a analisar se dispõe de instrumentos suficientes para enfrentar a crise europeia transfronteiriça e quais os poderes de que necessita para melhorar a supervisão macroprudencial na zona euro".

O relatório apela também a todos os Estados-membros da zona euro, aos que não fazem parte dela e aos candidatos a aderir à moeda única para que "respeitem plenamente os critérios do Pacto de Estabilidade

e Crescimento e preencham os critérios de Maastricht, consoante os casos, porque assim e com a consolidação orçamental e a moderação salarial, beneficiarão da melhor protecção contra os desafios decorrentes dos desenvolvimentos assimétricos".

Manuel dos Santos, que apresentou um conjunto de propostas de alteração reconheceu igualmente o resultado positivo do BCE para a estabilidade financeira da União Europeia e defendeu que ele deve adaptar-se às necessidades da actual situação económica global evoluindo no sentido de integrar uma política de taxas de juro e de intervenção

monetária, no quadro das recomendações recentes do Fundo Monetário Internacional e da OCDE.

A discussão deste relatório, orientou-se para a necessidade de requalificar e redefinir a noção de estabilidade dos preços, tendo em conta as actuais pressões sobre os preços dos combustíveis e dos produtos alimentares.

O relatório constata também "que o euro se transformou numa moeda de importância global, quase no mesmo plano que o dólar".

TREZE PROJECTOS PARA GERIR FRONTEIRAS EXTERNAS

Ao longo de 2008 a Agência Europeia Frontex, que exerce a sua actividade no âmbito da gestão das fronteiras externas da União Europeia, vai desenvolver cerca de treze projectos-piloto relacionados com os controlos das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, afirmou o Comissário Jaques Barrot em resposta a uma interpelação do deputado Armando França, durante a sessão plenária de Junho, em Estrasburgo.

"Estes projectos – disse o comissário – vão permitir testar os métodos de trabalho utilizados durante as operações conjuntas e testar as relações com os países terceiros nas operações de regresso e de aquisição de documentos de viagem".

Por outro lado, tendo em conta, como referiu o deputado, a importância da cooperação e do desenvolvimento de projectos-piloto com países terceiros, o comissário Barrot considerou ser desejável adaptar o regulamento da Agência Frontex, de forma a poder prestar assistência técnica aos países do Norte de



Armando França interpelou a Comissão Europeia sobre o controlo das fronteiras

África e outros, já que há pedidos nesse sentido.

O Comissário referiu também que a Agência tem alguma escassez de recursos orçamentais, pelo que os Estados-membros estabelecem acordos técnicos sobre as condições de utilização do equipamento posto à sua disposição, permitindo-lhes assim ultrapassar

algumas limitações operacionais. O comissário informou ainda que, até ao momento, nenhum Estado-membro pediu o envio das "Equipas de Intervenção Rápida para as Fronteiras", que tem a designação RABIT.

Armando França também questionou o comissário Barrot sobre o nível de cooperação entre as comissões nacionais de protecção de dados e a aplicação da Directiva sobre a conservação de dados.

"No que respeita à Directiva sobre a conservação de dados, 16 Estados-membros notificaram os seus instrumentos de transposição e a Comissão desencadeou um processo de infracção por não comunicação contra todos os Estados-membros que não notificaram as medidas apropriadas no final de Novembro de 2007", disse o comissário, que não escondeu os problemas neste domínio.

Neste contexto, o comissário considerou que se tem procurado "respeitar as necessidades de luta contra o terrorismo e de os conciliar com a protecção dos direitos fundamentais".

17 MILHÕES PARA ANO EUROPEU CONTRA A POBREZA

O Parlamento Europeu aprovou uma verba de 17 milhões de euros para o Ano Europeu do Combate à Pobreza e a Exclusão Social, que decorrerá em 2010, ao longo do qual se realizará uma multiplicidade de iniciativas com o propósito de sensibilizar as opiniões públicas para a necessidade de dar resposta a um problema que se caracteriza por ter em risco de pobreza cerca de 78 milhões de pessoas na União Europeia.

A realização desta iniciativa, que foi discutida no plenário de Estrasburgo e contou com a intervenção de Joel Hasse Ferreira, tem entre os seus objectivos principais divulgar a mensagem de que a pobreza e a exclusão, além do problema humano que lhes está associado, são prejudiciais ao desenvolvimento socioeconómico. Assim, este Ano

Europeu deverá ajudar a combater a noção de que a luta contra a pobreza é um custo para a sociedade e reafirmar a importância da responsabilidade colectiva, envolvendo não apenas órgãos de decisão, mas também actores públicos e privados.

As acções empreendidas deverão contribuir para abordar lacunas nas políticas e sensibilizar intervenientes e instituições relevantes para as múltiplas dimensões da pobreza e da exclusão social, particularmente no que toca às mulheres e às crianças. As acções incluem também factores como o acesso ao emprego, a habitação, a protecção social, o apoio à família, serviços sociais e de saúde. O Parlamento Europeu introduziu na proposta de decisão que institui o Ano Europeu de Combate à Pobreza a necessidade de se

reforçar a atenção ao combate à pobreza infantil, que atinge cerca de 19 milhões de crianças, à transmissão intergeracional da pobreza, à pobreza no seio das famílias monoparentais e nas que têm apenas um dependente a cargo.

Ao intervir, o deputado Joel Hasse Ferreira considerou imprescindível reconhecer "os inalienáveis direitos dos grupos socialmente mais vulneráveis, o que passa por um forte envolvimento dos actores sociais públicos e privados". Segundo afirmou, a defesa da coesão social nas suas diferentes dimensões tem de ser garantida pelo empenhamento da União e dos Estados-membros na erradicação da pobreza e no combate à exclusão social, promovendo acções concretas aos mais variados níveis.